



Valdirene Pereira da Conceição (UFMA)

O discurso do patrimônio na imprensa maranhense¹

1 INTRODUÇÃO

A mídia na sociedade atual indiscutivelmente ocupa uma posição institucional que lhe confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social, aceitos como verdadeiros pelo consenso da sociedade. Essa enunciação se reveste de uma certa aura de fidelidade aos fatos, que nos leva a acreditar que o que foi publicizado pela mídia (imprensa, radiofônica ou televisiva) é a verdade absoluta, representando uma certa garantia para o leitor/ouvinte/telespectador, uma vez que a história passou a ser aquilo o que aparece nos meios de comunicação de massa. Sabemos, entretanto, que o discurso produzido pelos meios, notadamente o jornalístico, não apenas transcreve o acontecimento mas lhe desenha novas feições, construindo-o a partir da enunciação gerada por este ou aquele jornal, operacionalizada, como nos diz Fausto Neto (1991,p.4), conforme “saberes, regras, códigos e divisão social do trabalho que lhe são inerentes.”

Entender esse funcionamento, conhecer as operações discursivas através das quais o jornalismo atribui sentido aos fatos da atualidade é fundamental para dar conta de como são construídos os discursos midiáticos sobre um determinado acontecimento.

Outro motivo não menos importante e que contribuiu de forma decisiva para a escolha da temática em estudo foi o fato de que recentemente São Luís foi elevada à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, acontecimento muito oportuno para se observar a inclinação da mídia, isto é, o comportamento dos jornais em produzir um mega espetáculo sobre São Luís, por ser um título de fundamental importância para a cidade, principalmente no que diz respeito à vinda de investimentos internacionais e ao aumento do turismo devido ao reconhecimento da singularidade do conjunto arquitetônico, da cultura secular, enfim, da história de São Luís pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura- UNESCO. Com o tombamento, implantou-se, num primeiro momento, um clima de orgulho e satisfação geral, com notícias divulgadas em todos os jornais, matérias no rádio e reportagens nos vários canais de televisão, quase todas efusivas, num misto de informação e opinião emocionada.

A percepção pública sobre um determinado fato (acontecimento) na atual sociedade é fator determinante para sua aceitação e assimilação, motivo pelo qual se investe tanto em imagem, na construção de um referencial público para produtos, serviços, instituições, personalidades, etc. E a maneira mais rápida de se ter uma imagem consolidada é através da mídia, que, devido a sua centralidade, a sua

¹ Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



onipresença, exerce forte influência na vida do homem, sendo elevada ao estatuto de porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação social .

A escolha do nosso objeto de estudo, a mídia impressa, mais precisamente os jornais – ‘O Estado do Maranhão’ e ‘ O Imparcial’ – não foi acidental, ela se deu a princípio pela própria importância desse tipo de veículo de comunicação enquanto fonte de informação (periódica) e de pesquisa de natureza diversa (histórica, documental, ideológica, etc.) utilizada em uma Unidade de Informação, visto que o jornalismo não só retrata a realidade e as suas transformações mas também as registra, legando às gerações futuras um testemunho sem igual. Podemos dizer assim que a mídia é de certa forma uma testemunha ocular da história que se articula em dois recortes temporais: presente (transformações do cotidiano, da atualidade) e passado. Além disso, o jornal impresso possibilita uma maior liberdade de manuseio por parte do receptor da informação, uma vez que pode ser lido, relido, guardado, riscado, ter partes destacadas, etc., o que se torna bem mais difícil com outros meios.

A partir da análise da relação texto/realidade, pudemos levantar algumas questões que orientam o estudo: o que oferecem os jornais a seus leitores? Uma reprodução fiel da realidade? A realidade reconstruída em apenas alguns de seus aspectos? Uma supra-realidade, desconectada do contexto no qual nasce o texto? O conhecimento dessas questões é indispensável para uma leitura crítica, observando os interesses colocados nos conteúdos veiculados pela imprensa.

Na tentativa de buscar respostas a essas questões, recorreremos aos recursos teórico - metodológicos da Semiologia de terceira geração ou Semiologia dos Discursos Sociais¹, assim denominada por Pinto (1994) – por estudar os fenômenos culturais como fenômenos de comunicação, e de produção de sentidos, resultantes das relações sociais de acordo com as condições de produção (históricas, sociais, etc.) – uma vez que está voltada para o estudo dos meios nos dois pólos : produção e recepção e cujo princípio básico está pautado em três postulados teórico- epistemológicos: o da semiose infinita, o da economia política do significante e o da heterogeneidade enunciativa.

Tem-se que o objeto da análise dos discursos é nada mais nada menos que as práticas discursivas que se concretizam em discursos cuja materialidade está expressa

¹ Pinto informa que a 1ª Semiologia ou Semiologia da Comunicação data da década de 30, é proveniente da lingüística estruturalista mais precisamente da clássica obra de Saussure- Curso de Lingüística Geral; esta Semiologia não incorpora o sujeito aos seus estudos, considera os signos isolados .A. segunda Semiologia ou Semiologia da Significação como também é conhecida foi fortemente influenciada por Barthes, que une o método estruturalista às variáveis sociológicas e escreve “*Mitologias*” numa tentativa de estudar os fenômenos antropológicos como fenômenos de comunicação aplicando o método estruturalista e a noção de ideologia marxista , escrevendo dez anos mais tarde “*Elementos de Semiologia*” para corrigir alguns erros lingüísticos de sua obra anterior. Os estudos de Barthes juntamente com o de Greimas, Todorov, entre outros, tinham o intento de contextualizar a análise estrutural (por definição o modelo estrutural independe do contexto e por isso não se pode contextualizar), eis porque suas conclusões são consideradas arbitrarias. Esta Semiologia tem como característica principal a significação e o interesse pela idéia do sujeito.

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



em textos. Comumente se vê o discurso como objeto, entretanto, como lembra Fausto Neto (1997).

O discurso é sujeito. Porque o discurso enquanto uma prática discursiva, institui os objetos, os recortes com os quais nós vamos lidar em termos de produção de esclarecimento. O discurso é um sujeito. Ele fala. O que é um discurso? É uma fala. Se ele fala, ele aponta para alguma coisa, aponta para uma referencialidade, aponta para uma delimitação do mundo em semântica, em regiões etc.

É através da intervenção do sujeito, via mediação de textos, que ocorre a transformação de uma ordem plural e complexa para uma ordem singular, isto é, o discurso da atualidade opera de acordo com enunciações e regras muito específicas e o texto é o lugar onde se manifestam as múltiplas marcas resultantes de diferentes ordens (sociais, históricas). As marcas e as estratégias enunciativas permitirão ao analista descobrir por que, em uma determinada situação, uma produção textual foi investida por certas operações de sentidos e não por outras.

Nessa perspectiva, o nosso trabalho está centrado nos mecanismos do campo de produção de sentidos do discurso midiático, tendo como ponto de partida pistas já apontadas em outros estudos sobre a temática. Entretanto, percorrer trilhas já indicadas não significa apegar-se a elas de modo a “não sair dos trilhos”. Assim, utilizaremos de forma mais acentuada os conceitos básicos da teoria da enunciação, tendo como “sujeitos de suposto saber” Beveniste, Bakhtin, Ducrot, Véron, Pinto, Fausto Neto e outros.

Dessa forma, iniciamos o trabalho tecendo notas acerca do percurso histórico de São Luís do Maranhão, caracterizado num primeiro momento pela disputa da sua ocupação. Ainda nesse item enfocamos os três momentos culturais em que ainda hoje vive a cidade : Atenas Brasileira, Jamaica Brasileira e Patrimônio da Humanidade. Este esforço de contextualização de São Luís em um dado processo histórico pressupõe, é claro , conexões entre os momentos anteriores à condição de Patrimônio, ou seja, à sua fundação.

Num segundo momento, estaremos travando uma conversa preliminar sobre patrimônio, apontando a necessidade de compreender suas significações como um acervo de bens culturais e naturais suscetíveis de serem revalorizados e revitalizados. Para tanto, recorreremos a alguns conceitos de patrimônio- entendido e constituído não unicamente de objetos e fatos excepcionais, mas também dos cotidianos, daquilo que se faz modestamente, todos os dias - na tentativa de redefinir conceitos e atualizar significados que permitam ver o passado como algo dotado de sentido, e torná-lo contemporâneo. Apontando o patrimônio como sistema simbólico cujo resgate e manutenção dos signos deverão ser capazes de propiciar à sociedade como um todo e a cada um dos grupos que a compõem um sentimento de pertencimento a uma cultura. Destacando ainda a atividade de preservação como recorrência consciente ao passado, à história, à tradição, para trazer à tona elementos que desenharam o imaginário de toda



uma sociedade cuja força e eficácia advêm do reconhecimento desta mesma sociedade nos signos que marcaram sua cultura.

Numa etapa subsequente, no quarto capítulo, apresentaremos os meandros dos discursos jornalísticos, ressaltando as particularidades de sua tipologia. Na ocasião estaremos apontando o enfoque sobre a enunciação jornalística e a possibilidade de reconstruir sentidos na passagem do acontecido para seu relato. Enquanto modalidade de conhecimento que se vale de um aparato lingüístico-discursivo que fala de um lugar específico (o campo dos media), a prática jornalística acaba por participar privilegiadamente do mundo das significações. Esta é, a final, a tônica do trabalho. A partir dessas coordenadas procuraremos explorar elementos como prática discursiva e formação discursiva, trazendo à tona expedientes como o sujeito da enunciação; contrato de leitura que este estabelece com o público bem como a produção de sentido oriundo desse contrato; a imagem, mais precisamente a fotografia procurando entender como ela se constitui em um discurso e também como ela vem sendo usada na sustentação de discursos midiáticos, e apontando ainda a relação existente entre texto e imagem.

Em seguida no quinto capítulo, estaremos em contato com o discurso do patrimônio na imprensa maranhense. Será o momento em que iremos observar com certa atenção os elementos/estratégias discursivas de que se vale, isto é, o *modus operandi* da construção comunicativa dos jornais. bém a identificar e explorar as possíveis representações que são construídas sobre São Luís – Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

2 SÃO LUÍS E SUAS IMAGENS CRISTALIZADAS

São Luís é uma cidade multicultural. Esta é uma afirmação que não se ousa contestar. A um só tempo, esta assertiva evidencia a diversidade que a constitui e expressa, numa mesma designação, diferentes formas de pluralismo cultural.

A formação da cidade ocorreu através de um processo de conquista e colonização que incorporou contingentes de indivíduos e de famílias que aportaram no Brasil, de forma espontânea e também compulsória, por levas migratórias. A diversidade cultural é oriunda do entrelaçamento dessas etnias e culturas que aqui se amalgamaram, dilaceraram-se, originando um povo ímpar nas suas diversas formas de manifestações culturais, e influenciou sobremaneira na configuração atual da cidade.

Ao falar de São Luís, automaticamente referenciamos aspectos históricos que ainda hoje são preponderantes na caracterização da cidade: Cidade dos Azulejos,



Casarões Coloniais, Atenas Brasileira, Jamaica Brasileira etc. Por outro lado, pode-se dizer que São Luís, ainda hoje, vive dois momentos culturais distintos: um “histórico” demarcado por uma variedade de signos (casarões, ruas estreitas, pedras de cantarias, etc.) e outro “moderno”, caracterizado por largas avenidas, lojas de conveniências, mansões com feições arquitetônicas típicas da atual sociedade (vidro, neon, etc.) resultante do processo de mundialização ou globalização do qual fazemos parte e que, além de impor valores hegemônicos (sociais, políticos, culturais, etc.) e de alterar os padrões de consumo nas sociedades dependentes, essa versão contemporânea de denominação fragiliza ainda mais as indústrias culturais periféricas, que são estimuladas a todo instante a consumir bens e serviços.

2.1 Cidade dos Azulejos e Casarões Coloniais

Há séculos, São Luís é conhecida e admirada. Um dos aspectos que a individualiza, caracteriza e se destaca de forma marcante na construção de sua identidade, tanto no cenário nacional como internacional, e que a torna digna de reconhecimento é o seu rico conjunto de edificações com feição arquitetônica colonial civil portuguesa, remanescentes dos séculos XVIII e XIX.

Construídos pela alta burguesia quando o Maranhão teve participação ativa na vida econômica do Brasil como um dos grandes exportadores de algodão, arroz e matéria-prima local², os casarões registram grande parte da memória da cidade que pode ser lida não só na sua arquitetura mas também nas práticas culturais que ao longo do tempo se perpetuaram através da oralidade e dos costumes. Pode ser lida também na estrutura sócio-econômica, que reproduziu padrões dominantes, consolidando diferenças sociais extremadas que se manifestaram em todas as fases da história (Colônia, Império e República).

² Na realidade, o crescimento da economia maranhense que então se verificava era comandado ‘de fora’ e ‘para fora’, isto é, ele era dirigido pelos interesses da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que estimulava a geração de excedentes exportáveis para o Reino de Portugal, onde a Companhia multiplicaria seus lucros na reexportação dos produtos maranhenses, apropriando-se, pois, da maior fatia da remuneração produtiva. Cf. REIS, 1980, p.47-48.

¹ Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



As impressões sobre a arquitetura da cidade de São Luís – que até a primeira metade do século XVIII não tinha muita expressividade³ - podem ser atestadas pelos seguintes comentários de viajantes que por aqui passaram, retratados por Kidder (1941, p. 154)

Tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao viajante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras cidades do Império . Além disso são poucas as choupanas e casebres.

Esse depoimento completa-se com a idéia de que, apesar da influência deprimente que tiveram os movimentos revolucionários, como a Balaiada por exemplo, sobre todos os ramos do comércio, diversos e **suntuosos edifícios** estavam sendo construídos em diferentes pontos da cidade.

A impressão não poderia ter sido mais favorável. O mais belo domingo estendia-se sobre altas colinas, banhadas de três lados pelo mar com bonitos, magníficos, mesmo edifícios. Seu traçado em linha reta, embora com subida, e sua limpeza logo impressionam de modo sumariamente agradável. Creio poder dizer que nenhuma cidade parece ter-se sentido, no limpo do domínio português, chamada às Grandes Coisas e ostenta ainda o esplendor de uma época, infelizmente passada. (Ave-Lallemant apud ALCÂNTARA, 1980, p.18.(grifo nosso)

As edificações a que se referem os depoimentos acima, adaptadas ao clima equatorial e que até hoje persistem são as casas porta-e-janela, meia-morada, morada - inteira, morada e meia , os solares e os sobrados.

Cidade dos Azulejos

A sugestiva alcunha de “*Cidade dos Azulejos*” atribuída a São Luís provém da grande preferência da cidade pelos azulejos, o que em nenhuma outra cidade do Brasil se observa.

³ Devido à falta de uma base econômica sólida, como atesta um trecho da carta da Câmara de São Luís o padrão habitacional dessa população era baixo. As igrejas, conventos e construções militares eram sólidas; no mais, provavelmente, usava-se material precário: “casas de palha”.

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



A preeminência da cidade está naturalmente ligada ao seu conjunto arquitetônico e por conseguinte aos azulejos, que marcaram fortemente o aspecto das construções locais (ver Fig. 4). Revestindo fachadas de casarões coloniais e interiores de suntuosas residências- que passam a ter a sua nobreza mesclada com o pragmatismo da burguesia então dominante, prática que irá marcar fortemente as paisagens urbanas portuguesas- essas peças trazidas principalmente de Portugal, no fim do século XVIII e meados do século XIX, tornaram-se uma verdadeira “coqueluche” naquele período.

A adoção dos azulejos como revestimentos parietais em São Luís deu-se pelas condições climáticas características dos trópicos (clima quente e úmido e chuvas fortes) que danificavam e muito o reboco e a caiação das paredes externas das casas, ocasionando estragos consideráveis. O azulejo pela sua qualidade oferece maior resistência às intempéries climáticas da região. Como informa Vieira Filho (1978)

O azulejo, no caso material mais nobre, com seu esmalte coruscante e sua sólida argamassa cozida, teria a faculdade de conservar melhor as fachadas, do mesmo passo que lhes emprestaria brilho e beleza duradoura.

A função do azulejo como suporte primordial de imaginário é outra das aplicações largamente exploradas em Portugal e nas demais colônias portuguesas no período e que lhe confere especial riqueza e originalidade. A substituição da própria pintura de cavalete por painéis de azulejo com representações de cenas mitológicas e religiosas, ainda em policromia nos séculos XVI e XVII, dá ao azulejo uma gravidade maior como manifestação artística, veiculando idéias e sentimentos.

Pode-se dizer assim que o azulejo em São Luís assumiu tanto as funções decorativas e narrativas como também a de elemento estritamente ligado à arquitetura, tornando-se um objeto de revestimento eficaz pela sua duração e facilidade de limpeza e conservação e que, numa linguagem contemporânea, integra o produto industrial de uso corrente com as qualidades expressivas deste suporte cerâmico de imaginário e tradição.

Em São Luís, grande parte dessas delicadas peças pode ser vista em prédios espalhados pelos quatro cantos da cidade antiga, recobrando fachadas dos casarões



coloniais em áreas como a Praia Grande e Centro Histórico, Rua Portugal, Rua da Estrela, etc. Ao lado, é claro, de belas escadarias, como a do Beco Catarina Mina, Beco da Silva, dentre outros, escadarias, praças, etc.

2.2 A “Atenas Brasileira”

4 Dentre as inúmeras imagens cristalizadas que demarcam a imagem de São Luís, sobressai-se a de Atenas Brasileira, título que foi cunhado quando um valoroso grupo de intelectuais a exemplo de João Lisboa, Gonçalves Dias e outros se encontravam em plena atividade. ocupavam postos singulares na vida cultural da Corte Imperial e da Província. Por outro lado, São Luís viveu, a partir da segunda metade do século XVIII, uma intensa fase de prosperidade econômica, cujos frutos mais ostensivos foram:

Graças ao comércio de algodão do Maranhão, no início do século XIX – beneficiado pelas terras favoráveis ao seu cultivo, pela qualidade de suas plantações e principalmente pelo baixo custo de produção, grandes fortunas aparecem e a economia do Maranhão se internacionaliza e São Luís torna-se a Quarta cidade do Brasil em importância econômica e infra-estrutura, após Rio, Salvador e Recife.

A partir de então, no cotidiano, as práticas socioculturais urbanas de uma pequena parcela da população consistiam em saraus particulares e a eventuais idas ao Teatro União⁴, quando da vinda de companhias estrangeiras. Enfim, houve todo um empenho das elites locais em se europeizar tanto nos hábitos e como nas práticas, contrastando com a marginalização dos escravos africanos, suporte da manutenção dos serviços⁵ e da reprodução do sistema.

A apreciação sobre a participação do Grupo Maranhense na literatura nacional é de Moraes (1976, p.5) que a caracteriza, principalmente, pelo vanguardismo que colocou nossos homens de letras à frente dos debates das novas idéias e da renovação de valores estéticos. Essa vocação de pioneirismo e liderança pode ser observada e assinalada através

...do negrismo de Trajano Galvão ao neoconcretismo de Ferreira Gullar; do ideário estético e nacionalista de Gonçalves Dias às antecipações modernistas de Sousândrade; da lucidez analítica de João Francisco Lisboa ao ensaísmo de Franklin de Oliveira e Oswaldino Marques; dos estudos folclóricos de Celso Magalhães ao romance naturalista de Aluísio Azevedo; dos estudos de Nina Rodrigues à renovação estética pregada e apoiada por Graça Aranha.

⁵ A força do trabalho dos escravos se fazia presente em todas as atividades, indo desde a alta costura, empório das sedas mais caras e das mais finas perfumarias até a fabricação de chapéus de estilo britânico. Sem falar é claro, dos afazeres domésticos.

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Esse valoroso grupo de humanistas e intelectuais (poetas, jornalistas, tradutores, publicistas, historiadores, professores, etc.), sem descuidar das atividades literárias, atuou nos diversos setores da vida maranhense, desempenhando relevante papel nas casas legislativas, no jornalismo político, em postos da administração pública, em atividades empresariais ligadas à agricultura, à indústria e ao comércio, enfim constituíram uma respeitável *intelligentia* regional, voltada para mudar o cenário sócio-cultural do Maranhão.

A poesia, na verdade é um modo peculiar de ser são-luisense de que vários escritores lançam mão para falar das artes e artimanhas da paz, da guerra, do amor e do ódio. Poucas são as cidades brasileiras que revelaram para o mundo um número considerado de talentos literários reconhecidos internacionalmente pela academia. Dentre as principais celebridades podemos citar : Gonçalves Dias, Antônio Vieira , Odorico Mendes, Artur e Aluísio Azevedo, Josué Montello, Ferreira Gullar¹, Nauro Machado, José Chagas, Sotero dos Reis, Coelho Neto, Bandeira Tribuzi, Euclides Farias, Sousândrade ,Fernando Viana, João Francisco Lisboa e muitos e muitos outros que não daria para mencionar.

Esses vultos são considerados verdadeiras lendas emblemáticas da cidade, porque a ela para sempre se ligaram, por maior ou menor tempo que aqui residiram, cujos nomes deram origem a praças, ruas e becos, também por nos deixar um legado literário, cultural e humano de grande importância. É bem verdade que ainda hoje São Luís continua gerando novos talentos literários e é considerada a cidade do país em que se fala o melhor Português, o que de certa forma, contribui para justificar e manter esse patamar intelectual da cidade.

2.3 A “Jamaica Brasileira”

Este panorama sobre o item - São Luís e as imagens cristalizadas- ficaria incompleto se não fizéssemos ainda que breves mas indispensáveis considerações sobre o Reggae⁶ enquanto elemento incorporado à cultura maranhense e delineador de uma nova fase de reconhecimento como “Jamaica Brasileira”.

O reggae, ritmo proveniente da Jamaica, aportou em São Luís no início dos anos setenta, em bailes de radiolas e em festas de aniversários, do divino, enfim, espalhando-se principalmente pelas periferias da cidade e tendo como adeptos principais os negros. Entretanto, há muitos anos que se verifica a aceitação dos ritmos envolventes do Caribe pelos maranhenses a exemplo do merengue, do mambo, da

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



lambada, da salsa e da rumba. Essa aceitação ocorre, dentre outros aspectos, pela proximidade e configuração geográfica (uma vez que se trata de Ilhas) e principalmente pela identificação étnica, pois tanto o Maranhão quanto a Jamaica têm população predominantemente negra, o que cria uma identidade muito forte entre os dois povos.

Existem várias tentativas de historiadores, jornalistas, antropólogos, apresentadores de programas especializados em reggae, enfim de pesquisadores para definir exatamente quais os elementos que determinaram a adoção do maranhense pelo reggae. Para Ademar Danilo o gosto da população negra de São Luís pelo reggae tem a ver com o apelo emocional que ele transmite, pois os intérpretes cantam com tanta espiritualidade que penetra na alma da pessoa. Essa afirmação pode ser observada no depoimento de alguns regueiros. (...) Quando eu chego no salão de dança, eu sinto assim”, aquelas pedradas, eu sinto uma coisa diferente, dá vontade de dançar ...envolvidos pelos embalo contagiante do reggae, que penetra na alma e faz a gente se desligar de tudo.

O reggae assumiu definitivamente seu quê de *maranhensidade*, aqui a grande massa regueira tem preferência pelo reggae-roots, isto é, pelo reggae de raiz, cujas “pedradas” e/ou “tijoladas”⁷ são curtidas quer seja ouvindo ou dançando agarradinho muito próximo às caixas de som, por horas e horas.

Ainda na concepção de Silva, mesmo sem a troca possibilitada por uma mesma língua, o reggae é traduzido como um veículo bastante forte e legítimo de mobilização e identificação da população negra de baixa renda que habita as invasões e palafitas da cidade.

Entretanto, é interessante observar que hoje o reggae em São Luís é uma manifestação não só dos guetos, mas da sociedade como um todo, pois já penetrou na área nobre da cidade. Conquistou espaços cativos na mídia maranhense principalmente nos programas das principais rádios da cidade, domina corações e mentes, conta com

⁷ Gíria utilizada pelos regueiros, para identificar as músicas consideradas boas, as canções mais antigas, chamadas “raízes”.

¹ Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



facções e até torcida organizada. Neste aspecto , a observação de Moraes (1995, p.226) é concludente ao afirmar que apesar do reggae não ser uma manifestação cultural genuinamente maranhense, são porém plenas as possibilidades de ele fazer o percurso de outras manifestações da cultura popular.

Como se pode observar, São Luís em seu percurso histórico, conviveu com inúmeros acontecimentos, cuja dinâmica da vida cotidiana de sua gente ficou registrada na luta diária pela sobrevivência, no entrelaçamento de suas manifestações culturais (tambor de crioula, bumba-meu-boi, festa do divino, reggae, etc.), na produção intelectual, nas atividades comerciais e políticas. Esses acontecimentos indiscutivelmente geraram contornos peculiares, tanto no espaço como no tempo, delineando características que contribuíram decisivamente para fixar e configurar a São Luís de hoje: Patrimônio da Humanidade.

Todas essas cristalizações tiveram como elemento operante os veículos midiáticos, em toda a sua diversidade: dos jornais e livros do século XIX às reportagens televisivas de hoje, veiculadas em cadeia nacional, passando ainda por reportagens especiais em revistas de bordo, de turismo, de variedades; pelos inúmeros suportes de turismo e campanhas efetivadas em períodos específicos; pela música local; pelos sites e produtos específicos para divulgação da cidade no mundo virtual.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL: UMA CONVERSA PRELIMINAR

3.1 Genealogia do termo Patrimônio

O termo “patrimônio” vem do latim *patrimonium* e está relacionado à idéia de uma propriedade herdada do pai ou de outro ancestral. No contexto do discurso oficial (nação), o termo patrimônio é utilizado para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, da coletividade. Segundo Pelegrini Filho (1993,p.94), patrimônio cultural significa: “todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo compreender-se o processo histórico.”

O IPHAN, com sua política tradicional até a década de 70, deu prioridade ao acervo arquitetônico, tombando e restaurando os bens patrimoniais mais antigos, o que provocou durante muito tempo uma associação de patrimônio arquitetônico com patrimônio cultural, o que se pode constatar no depoimento de Magalhães (1985, p.54) que mesmo reconhecendo o importante papel desempenhado por essa instituição na

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



preservação dos monumentos históricos e arquitetônicos, avalia que a política adotada por ela não mais contemplaria a complexidade e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

Nestes 42 anos de existência, o IPHAN prestou serviços à preservação e à restauração de monumentos nacionais de valor histórico e arquitetônico. Reuniu também um incontestável acervo de conhecimentos e metodologias especializadas. Tornou-se credora do reconhecimento nacional. A instituição permanece, entretanto, voltada sobretudo para os bens culturais imóveis, de natureza histórica, religiosos ou leigos, a que se juntou posteriormente o conceito de sítios e conjuntos arquitetônicos relevantes.

Esses bens culturais são produzidos pelo povo e definidos não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteada pelo futuro. Assim numa perspectiva antropológica mais abrangente, a expressão patrimônio cultural é usada para designar não só todas as realizações do homem como também o meio em que vive e os recursos disponíveis na natureza e que são por ele transformados para prover suas necessidades materiais e espirituais. É como concebe Coelho (1992, p.31) a noção de patrimônio, assinalando que:

É o conjunto dos bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse social, quer por sua vinculação com fatos históricos memoráveis, quer por seu excepcional valor artístico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico, compreendendo os monumentos naturais, os sítios e as paisagens que sejam importante conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido citados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (grifo nosso)

O conjunto desses bens assume maior valor social através de sua divulgação, proteção e guarda em museus, casas de cultura, bibliotecas enfim onde possam ser estudados, admirados e assim cumprir sua função de elementos de ligação entre o passado e a vida contemporânea. Os bens móveis assumem relevante papel no cenário regional de um país, vez que diferenciam as regiões, configurando suas diversas áreas culturais.

Os bens culturais incluem assim atividades pré- industriais, artesanato, rituais, costumes, esportes, enfim, uma vasta gama de objetos e atividades que fazem parte de diferentes contextos sócios-culturais. Vale ressaltar entretanto, que esses



elementos devem ser consolidados, identificados e sobretudo reconhecidos como tais, quer isoladamente ou em conjunto.

3.2 O Patrimônio Cultural como Sistema Simbólico

O universo dos patrimônios históricos e artísticos nacionais se caracteriza pela heterogeneidade dos bens que o integram – igrejas, fontes, palácios, paisagens, lendas, equipamentos industriais, festas populares, enfim fazeres e saberes os mais diversos-depende da concepção de patrimônio e de cultura adotada.

Os bens que integram esse universo assumem valor simbólico para a sociedade, pois criam todo um universo de significações. Esses signos pertencem a um determinado sistema de linguagem, como por exemplo: à arquitetura, à música, etnografia, etc. Enquanto código, cada um desses sistemas tem seu modo próprio de funcionamento, ou seja, sua especificidade. Além disso, desempenham funções diferenciadas na vida econômica e social, como observa Fonseca (1997, p.37),

O que denominamos de patrimônio constitui um discurso de segundo grau: às funções e significados de determinados bens é acrescentado um valor específico enquanto patrimônio[...] o processo de seleção desses bens é conduzido por agentes autorizados- agentes do Estado com atribuições definidas- e dentro de cada categoria fixa a priori definida, relacionada a determinada disciplinas (arte, história, arqueologia, etnografia, etc.)

Os signos referidos funcionam antes como símbolos, no sentido saussuriano do termo. Para Saussure (1969, p.101), o símbolo nunca é inteiramente arbitrário, ele é vazio, pois é construído com base em uma motivação cultural. O símbolo da justiça, por exemplo, não poderia ser uma carruagem.

Ao se considerar um bem como *bem cultural*, ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso, enquanto habitação, local e culto, ornamento, enfim e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. No processo de seleção, de uso, de agenciamento por uma instituição estatal, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos.



Para que um determinado bem funcione enquanto patrimônio é preciso que conotem determinadas significações e que o interlocutor do processo tenha condições de participar do jogo, não só na medida em que tenha algum domínio dos códigos utilizados – diferentes linguagens – como também que tenha acesso a um determinado universo cultural. Não basta portanto selecionar e proteger criteriosamente um conjunto de bens, é preciso que haja sujeitos dispostos e capazes de funcionar como interlocutores desse processo - ou seja, desse veículo de comunicação social que é o patrimônio- seja para aceitá-lo, seja para contestá-lo, seja para preservá-lo.

Nesse sentido, os bens patrimoniais pressupõem as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação. Depende, portanto, como assinala Coelho (1992, p.35), de outros fatores “além da mera presença, num espaço público, de bens a que agentes estatais atribuíram valor histórico, artístico, etc., devidamente protegidos em sua feição material.”

Esse aspecto da questão do patrimônio, isto é, a consideração sobre a significação dos bens do ponto de vista de sua recepção deve ser levado em conta e é fundamental, tanto no que diz respeito à afirmação do valor nacional dos bens tombados – tônica do discurso oficial- como a forma como são selecionados esses bens. Essa questão é particularmente importante no Brasil, sobretudo em São Luís, onde a diversidade cultural é imensa, a escola – desprovida de recursos e sem condições – cumpre, muito precária e limitadamente, uma de suas funções primordiais que é a de formar cidadãos com uma base cultural comum, na verdade é o local onde o consumo de bens culturais é incrivelmente restrito. Hoje, como lembra Rodrigues (1997,p.193), “essa função encontra-se disseminada por uma multiplicidade de instâncias, das quais sobressai a instância massmediática subordinada ao *campo dos media*.”. É campo dos media que exerce de certa forma ,uma função homogeneizadora do gosto pelos padrões culturais, esbatendo as diferenças em nome da promoção de uma cultura média, acessível ao maior número de pessoas, ou seja, a “cultura de massa”. É sem dúvida, a mídia que converte a cultura em informação, isto depois de ter sido cuidadosamente convertida, pelo campo econômico, em mercadoria.



Nesse sentido as políticas de preservação devem levar em conta essa realidade, caso contrário estarão fadadas a cair no vazio, em que pese o fato de que esses bens serão tanto mais nacionais quanto maior for o número de pessoas que os reconheçam, que os identifiquem como patrimônio, que entendam as significações e valores que os agentes autorizados lhe atribuíram enquanto patrimônio. Sobre isso Fonseca (1997, p.40) analisa que

...por mais regulamentado e controlado que pretenda ser o processo de construção dos patrimônios, e por mais fixos que possam parecer os efeitos de um tombamento, tanto materiais como simbólicos, a recepção dos bens tombados tem uma dinâmica própria em dois sentidos : primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos; [...]segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos em um mesmo momento e um mesmo contexto, a um mesmo bem por grupos econômica, social e culturalmente diferenciados.

Entretanto, a democratização da apropriação desses bens não deve ser entendida como mera difusão das significações produzidas pelos agentes institucionais, mas como algo que leve em conta a complexidade do processo de recepção dos bens simbólicos, ou seja, que considere o acesso, os usos diferenciados, enfim a apropriação diferenciada pelos grupos sociais, mesmo em situação de desigualdade econômica e social.

3.3 São Luís: monumento elevado a Patrimônio da Humanidade

O Centro Histórico de São Luís é o mais novo monumento histórico-cultural do Brasil incluído na lista do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

O título de Patrimônio da Humanidade foi conferido a São Luís no dia 04 de dezembro de 1997 na XXI Reunião do Comitê de Patrimônio daquela instituição, realizada em Nápoles, Itália, oportunidade em que reuniu representantes de 21 países e que o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – ICOMOS atestou, na ocasião, que:

O Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa adaptada com sucesso às condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem conservado dentro de notáveis proporções o tecido urbano harmoniosamente integrado ao ambiente que o cerca.. (O ESTADO DO MARANHÃO,1997, p.6)



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

De acordo com a UNESCO, foram três os quesitos técnicos que fizeram de São Luís Patrimônio Mundial, a saber:

- 1) Testemunho excepcional de tradição cultural - esse item se refere à grande preservação dos casarões coloniais no centro histórico da capital maranhense, revestidos com azulejos seculares ou as sacadas e balcões rendilhados em ferro batido, retrato preservado da presença portuguesa no século XVIII e início do XIX;
- 2) Conjunto arquitetônico e paisagem urbana, que ilustra um momento significativo da história da humanidade – o centro histórico de São Luís é considerado a maior área de arquitetura colonial portuguesa da América Latina;
- 3) Exemplo importante de um assentamento humano tradicional, que também representativo de uma época – a ausência de modificações ao longo do tempo na área central da cidade preservou um conjunto muito homogêneo, apesar da grande extensão.

Um outro aspecto importante no critério de avaliação da UNESCO é o fato dos bens serem patrimônio federal, segundo explicou o arquiteto e assessor especial do Governo do Estado Ronald Almeida Silva, em 1940 houve um primeiro tombamento federal em São Luís, na Capela da Quinta das Laranjeiras, situada próximo ao Colégio Maristas. Em 1955 houve o primeiro tombamento de conjuntos urbanos: no Largo do Desterro, praças Gonçalves Dias, João Lisboa e Benedito Leite. (O IMPARCIAL, 1997,p.9)

O processo de tombamento teve início, oficialmente, em 23 de maio de 1996, quando a governadora do Estado viajou a Paris para apresentar à UNESCO o pedido de inclusão do pleito, junto com relatório técnico e um dossiê fotográfico, enfim com toda documentação necessária para a elevação de São Luís Cidade Patrimônio da Humanidade. De lá até à proclamação do resultado, seguiram-se contatos com órgãos federais, internacionais, visitas oficiais da UNESCO, análise e revisão do dossiê, reuniões técnicas, e finalmente a cerimônia.

Com o tombamento, implantou-se num primeiro momento, um clima de orgulho e satisfação geral, com notícias divulgadas em todas os jornais matérias no rádio e reportagens nos mais vários canais de televisão, quase todas efusivas, num misto de informação e opinião emocionada.

Foram anunciadas várias reformas pôr que a cidade deveria passar, em curto prazo, para que fizesse jus efetivamente, ao título recém-conquistado (que diga-se, não é definitivo e depende, para sua manutenção, da implantação de políticas de preservação dos atributos responsáveis pela sua conquista)



4 OS MEANDROS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

Antes de falarmos sobre as bases da Semiologia dos Discursos Sociais-ferramenta que possibilita ao analista detectar as estratégias (operações) utilizadas pelos jornais para dizer, mostrar e seduzir seu leitorado, necessário se faz traçar algumas considerações a cerca do discurso jornalístico.

Discurso segundo BENVENISTE(1989,p.267), “é toda enunciação que supunha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar de algum modo, o outro.” O discurso pode ser caracterizado por qualquer mecanismo de que se faz uso em uma situação de comunicação, isto é, uma imagem, um gesto, uma palavra, enfim ele não se restringe somente ao campo lingüístico, está relacionado também, como diz FOUCAULT (1995,p.52), a uma prática social. O uso do termo discurso indica a instância da linguagem enquanto prática interativa, modo de produção social e, portanto, locus de manifestação da ideologia, dos conflitos e confrontos latentes nos agentes que dele fazem uso.

Neste sentido, entendemos discurso como sendo uma conjugação de lugares, cujas articulações dependem do significante que se acha no lugar de agente, pois este participa de um jogo em que, ao mesmo tempo que aprisiona e apreende sua fala é livre para atuar discursivamente.

Em se tratando de discurso jornalístico, há uma discussão no meio acadêmico sobre sua especificidade. Para alguns, o discurso jornalístico não é o que se trabalha habitualmente nos jornais, mas é o que os jornalistas travam no cotidiano a partir de um contrato de leitura com o leitor, com regras e normas que ultrapassam o discurso do dia-a-dia, do senso comum. Segundo RODRIGUES (1999, p.6) “o discurso jornalístico é uma escrita que tem a pretensão de substituir as várias instituições, ditar regras, normas e valores que orientam o comportamento, as atitudes, as maneiras de pensar”.

O discurso jornalístico, enquanto prática social que textualiza uma dada realidade, concorre sobremaneira para a (re) formulação de sentidos, como diz BERGER(1996,p.189): “sentido de vida, de trabalho, de conflito, de política, fazendo



ideologia e mesclando realidades.” Com efeito, o discurso jornalístico assim se molda, menos por possíveis distorções informativas _ fontes duvidosas, textos tendenciosos, etc.- e mais pela transformação do fato em um produto jornalístico, isto é, pela sua própria natureza de (re)construir uma outra realidade, a partir daquela que o gerou. A maioria dos conceitos de jornalismo e, conseqüentemente, do seu discurso, lhe confere entretanto uma aura de objetividade e imparcialidade ⁸⁹, sem deixar de certa forma brechas para se pensar o produto jornalístico (notícia) como trabalho simbólico que tece e, ao mesmo tempo, deixa-se tecer pela realidade, por um campo social. Essas concepções - que atribuem ao discurso jornalístico *nuanças* de objetividade, imparcialidade, isenção, etc.- são eficientemente preconizadas por teóricos, e profissionais da área que, vez por outra, deixam escapar jargões conceituais em consonância com a consideração acima.

Como se sabe, não existe discurso puro, nele se mesclam diversas matrizes e vários tipos de construção textual. As matrizes discursivas constituem os diversos modos de abordar a realidade e atribuir significados, e sua produção e reprodução é condicionada pela posição do sujeito na estrutura da organização social, dependendo pois, dos lugares e das práticas materiais de onde são emitidas as falas.

Em meio a essa consideração, o discurso jornalístico assume destaque, visto que ele é gerado e desenvolvido em algum lugar do social, produzindo notícia e se valendo de discursos para tal feitos. A esse modo podemos inter relacionar a linguagem jornalística com realidade, pois enquanto ato de fala o jornalismo não prescinde desses elementos e condicionantes. Baseados nessa condição é que pensaremos a atividade noticiosa como instância de construção de sentidos. A propósito, BERGER(1996,p.189) considera que :

É fundamental compreender o discurso jornalístico pelo poder de construir (e não de descrever) aquilo que é por ele representado. Para trabalhar o jornalismo esta perspectiva é determinante, pois deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado e reconhece a notícia como processo de construção de um acontecimento pela linguagem.

⁸ Essas noções advém da concepção clássica da atividade.



Trabalhar o jornalismo enquanto articulador de sentidos, faz com que vários indicativos venham à tona, entre eles aquele que aponta o discurso jornalístico como o discurso de um lugar social. Mesmo pretendendo classicamente ser a cópia fac-similar daquilo que retrata, o discurso jornalístico enquanto ato de fala exprime um certo modo de lidar com os fatos e de falar deles. Uma fala que não é apenas específico seu, mas que irrompe no próprio tecido social. Como comenta FAUSTO NETO (1997) por mais que nossas análises ressaltem a especificidade dos meios- coerções internas – a configuração de linguagens particulares, numa proporção muito grande, a fala dos meios constitui uma das modulações da fala de uma sociedade , isto porque:

O discurso da atualidade está subordinado a grandes coerções. Coerções que são típicas, internas, imanentes a própria natureza da heterogeneidade da matéria significante e ao mesmo tempo é atravessado por um conjunto de outros discursos, de outras matérias significantes, levando-nos a compreender a enunciação jornalística como algo que nos põe diante do fenômeno da polifonia, ou da heterogeneidade, ou da da interdisciplinária.

Para além do registro factual que é construído a partir de certas particularidades que o contornam, o jornalismo enquanto atividade específica, a prática jornalística é, por excelência, instância comunicativa assentada no social, absorvendo, dele, performances, projetos, visões de mundo, refazendo esse social na estrutura “mediática”, a partir da captação de fatos. Impulsionado a falar do mundo e das coisas que o compõem, o jornalismo nomeia atos específicos, relações particulares erigidas em torno da palavra de tal maneira que podemos dizer que é uma linguagem que marca a sua especificidade na relação comunicativa. Em síntese, podemos dizer que o discurso jornalístico se inscreve no social capturando e reproduzindo sentidos; sentidos que trafegam em via dupla; é o social disponibilizando significações para o jornalismo, e este, por seu turno, devolvendo-as ao campo que lhe deu origem, só que feito sob a forma de notícia..

Desta forma, a produção de sentido se dá nas relações sociais de acordo com as condições de produção (históricas, sociais, etc.). Entretanto, tal consideração não procura contudo reservar ao campo da produção- discurso jornalístico- possibilidade



plena de comunicabilidade com o seu público, visto que no caminho produção-recepção se estabelece constante tensão entre esses dois pólos. O receptor, também na condição de sujeito do processo comunicativo, interage no espaço de simbolização das coisas, dos fatos que compõem a agenda diária dos jornais.

4.1 O processo da enunciação jornalística

Ao falarmos de enunciação, ferramenta de fundamental importância para os estudos da linguagem por evidenciar que o discurso só funciona pela intervenção do sujeito em determinado texto, através da sua subjetividade, deve-se principiar pela obra de quem instaurou a lingüística como o estudo científico da linguagem humana, no século XIX : Ferdinand de Saussure.

Saussure desenvolveu seu estudo, construindo o seu objeto teórico à luz de relações dicotômicas langue/parole, sincronia/diacronia, relações paradigmáticas / sintagmáticas (no que diz respeito à língua) e significante/significado, arbitrariedade / linearidade (no que diz respeito ao signo). Alguns desses elementos do seu corpus teórico servirem de aporte para estudos sobre análise de discurso. Contudo, é mister salientarmos que a análise de discurso, enquanto modelo teórico a partir de Saussure, não pode ser levada além de certo ponto : ao apontar a língua enquanto instituição social reservando à fala (parole) um caráter individual, Saussure considera que só os atos lingüísticos sociais(os da língua)podem ser analisados, dada a sua sistematização e constância. A fala, pela sua inconstância, irreverência e heterogeneidade, não poderá se prestar a um estudo sistemático.

Existe, entretanto, um volume considerado de estudos que situam a análise de discurso num campo que ultrapassa as proposições incutidas na dicotomia língua/fala. A trilha seguida pelos que partem do princípio de que, antes de residir meramente no plano individual, a fala ultrapassa esses limites, é a da enunciação. BAKHTIN(1995,p.14) é um dos teóricos que comungam desta noção: mesmo elaborando uma teoria marxista da linguagem, não critica os postulados saussurianos, principalmente o par aqui tratado(língua/fala); diverge porém das debilidades detectadas no interior desses pares, enfatizando:

...a fala está indissoluvelmente ligada às condições de comunicação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Se a fala é o motor das transformações lingüísticas, ela não concerne aos indivíduos; com efeito a palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios. Os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema.

A fala está intimamente relacionada à interação social , ou seja, ao contexto , ao diálogo. É desse diálogo que provém a idéia de polifonia, amplamente difundida por BAKHTIN, ou intertextualidade, como defende ORLANDI. Para corroborar com esta



assertiva, recorremos a PÊCHEUX(1969) e MAINGUENEAU(1976), para quem o discurso estabelece sempre um discurso prévio, sendo inconcebível analisar um texto desconsiderando a intertextualidade presente nele. Assim trabalha-se sempre sobre vários textos, conscientemente ou não, considerando que as operações são por definições intertextuais.

Seguindo ainda a trilha de BAKHTIN os textos gerados no interior de um grupo, ou seja, em uma comunidade discursiva dependem da formação discursiva que é também uma formação ideológica e o signo é a arena onde se dão os conflitos de classe, sendo que, numa dada formação social, existem tantas visões de mundo quanto forem as classes sociais, cada uma delas representando-se com um discurso próprio .

A heterogeneidade mostrada consiste no uso explícito do discurso do outro pelo enunciador, tendo sua presença diluída em todo o discurso, podendo ser apresentada sob a forma de citação, de fórmulas (usa expressões como: conforme..., segundo..., de acordo ,etc.) de discurso direto (quando o enunciador dá a voz ao outro), de discurso indireto(quando o enunciador serve de porta- voz do outro), e de alusão.

Na heterogeneidade constitutiva o locutor não explicita o discurso do outro e tem a pretensão de ser o discurso-fonte da situação de comunicação, ou seja ,do seu próprio discurso . O que de fato é ilusório, pois como informa AUTHIER (1982,p.141):

Outro teórico que partilha das idéias de Saussure, mas que está com a atenção voltada para tentar preencher o vazio deixado pela dicotomia entre língua/fala é BENVENISTE (1989,p. 82), que dá uma grande contribuição para a aplicabilidade de uma lingüística discursiva introduzindo a noção de contextualização norteada pela relação entre língua e cultura, permitindo assim a compreensão do referente. Podemos dizer também que é o estudo de BENVENISTE – sobre enunciação – assim como os estudos de Harris e de R. Jakobson, que apontam as diferenças que irão delimitar as vertentes teóricas de análise do discurso francesa e anglo-saxã.¹⁰

Outro grande feito desse lingüista, foi a sistematização da teoria da enunciação, definida como a forma de “colocar a língua em funcionamento pelo ato individual de utilização”, sendo necessário portanto, a intervenção do sujeito em determinado texto. Assim, a enunciação nada mais é do que um processo de apropriação do aparelho formal da língua pelo sujeito para se transformar em sujeito falante trazendo consigo a presença do outro e sua subjetividade, estabelecendo dessa forma vínculos com contexto histórico e social e produzindo sentido.

A enunciação é o ato de se produzir um enunciado, entendido aqui como tudo que constitui a ‘peça’ de comunicação propriamente dita produzida por um emissor à intenção de um receptor. O enunciado, na verdade, é o ponto de partida para a compreensão da dialogia. Segundo BAKHTIN (1994b) os enunciados são expressões

¹⁰ MAINGUENEAU estabelece algumas diferenças pontuais entre essas duas correntes. Para ela, a linha francesa está assentada no discurso escrito, tendo como método o estruturalismo e cujas origens repousam na lingüística. A linha anglo-saxã se vale do discurso oral, valendo-se do interacionismo como método, e é originária da Antropologia. Cf. MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 1993.p.16.

¹ Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



(palavras e sentenças) articuladas em ações situadas, que, associados à noção de vozes-as vozes compreendem diálogos, negociações que se processam na produção do enunciado - adquirem seu caráter social.. Num texto de jornal , por exemplo, o enunciado é constituído pelo conjunto textos-imagens-tipologia-disposição gráfica e suas interrelações, estrutura significativa que remete aos efeitos de sentido que o texto se propõe. Enfim, a enunciação produz a partir do enunciado os modos de dizer, mostrar e seduzir , determinando o lugar e as devidas posições de poder e saber dos interlocutores na enunciação, ou seja, ela cria o universo de referência da situação de comunicação.

A enunciação baseada na análise semântica e na análise translingüística dos textos constitui as bases da Semiologia dos Discursos Sociais, uma vez que possibilita a compreensão do conjunto dos referentes por estabelecer uma certa relação com o mundo.

É oportuno salientar que a análise, além dos elementos lingüísticos, requer uma aplicabilidade assentada no social e no histórico, levando em conta o lugar do sujeito desse discurso, as formações ideológicas que imperam, bem como as práticas discursivas e as não-discursivas que lhe deram origem. Esses requisitos são sem dúvida, a base de sustentação dos estudos e obras que têm como finalidade proceder a uma análise discursiva a partir de suas condições de produção e que tentam afastar-se do circuito interno, das malhas do intralingüístico.

4.2 A produção de sentidos

Uma das tônicas deste trabalho- a qual já vínhamos aludindo e que, nestas últimas linhas, recebe menção especial - é que o discurso jornalístico, enquanto prática social que tem a função de textualizar dada realidade, concorre sobremaneira no processo de produção de sentidos. Seja porque é pervasivo no mundo contemporâneo e, portanto, instrumental na conformação da consciência da sociedade, seja porque confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos. Indiscutivelmente, a mídia introduziu transformações substantivas nas práticas discursivas cotidianas, ou seja, nas formas como as pessoas produzem sentidos sobre fenômenos sociais e se posicionam. Isto porque a mídia não é apenas um meio poderoso de criar e fazer circular repertórios, mas que tem um poder transformador de reestruturação dos espaços de interação, facilitando a produção de sentido.

A produção de sentido é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. Em outras palavras, a produção de sentidos é tomada, como um fenômeno sociolingüístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido - e busca entender tanto as práticas discursivas que



atravessam o cotidiano (conversas, argumentos, etc.), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas.

O sentido, segundo SPINK & MEDRADO (1999, p.41), é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. Em outras palavras, o sentido decorre do uso que fazemos dos repertórios de que dispomos.

Em se tratando de sentido midiático a Semiologia nos sentencia que este advém de uma situação de comunicação norteada por um discurso demarcado por regras de linguagem, por ritos sociais enfim por todo um contexto histórico e social onde é consumido. Para tanto, lança mão de alguns recursos retóricos e adota diversas formas estilísticas, de acordo com o sentido intencional que deseja atribuir às palavras e conforme os seus objetivos. Como se sabe, as palavras adquirem diferentes sentidos quando inseridas em diferentes contextos e, ao se apropriar das palavras na dinâmica da vida social e cultural, o sujeito reorganiza os sentidos já existentes e elabora diferentes significados, sendo que a constituição de novos sentidos se dá no avanço dos processos históricos de cada sociedade. Assim, o sentido é produzido no atrito entre discursos, onde os sujeitos tentam impor sua fala.

De acordo com MARQUES (1999, p.210), a mídia constrói o sentido de um fato

ao utilizar tópicos do discurso narrativo e adicionar a este fato recortes de supressão , inversão/ permuta ou extensão para dar a idéia de credibilidade e transparência universal, para ampliar a cópia dos elementos da gramática cultural, para produzir um texto, cuja legitimidade e consenso seja incontestável diante do público. Essas possibilidades ocorrem pelo fato da mídia ser regida pelo princípio de mediação que lhe permite utilizar dimensões arqueológicas particulares inesgotáveis do fundo arcaico, através de um processo naturalizador da tradição.

Além de ampliar as funções qualitativas dos discursos difundidos, a mídia, como lembra VERÓN, muitas vezes formata suas modalidades recorrendo às enunciações dos diversos *domínios do saber*.¹¹ sempre que necessário para

¹¹ FOUCAULT (1987) em *A Arqueologia do Saber* define de forma bastante clara saber como sendo o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão ou não adquirir um *status* científico; refere-se ao espaço em que a pessoa pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso;
1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



consubstanciar o seu discurso e assim se atualizar, se legitimar e se consolidar. Exemplificando essa situação em que muitas vezes enunciações de universos estranhos vão de maneira invisível caucionando um outro universo de discurso, cita o exemplo da planta na arquitetura como o roteiro de cinema. Quer dizer, em que medida aquele roteiro, aquela peça fria vai sendo tomada como referência para outro campo discursivo. O roteiro em cinema é uma coisa. Mas, ele vai cada vez mais soprando invisivelmente essas regras para orientar a organização do documentário televisivo, por exemplo. Ao falarmos sobre domínios de saber estamos, portanto, remetendo-nos a um conjunto de conhecimentos que orientam, mas não determinam, um modo de pensar e compreender um acontecimento. Contudo, é nesse jogo que a negociação e o poder se inscrevem.

No universo jornalístico, há situações em que a especificidade da enunciação jornalística dá lugar a uma enunciação outra de um outro universo que sopra fortemente sobre ela para legitimá-la. E esse “curto-circuito”, ou seja, a tensão de um com o outro que produz efeito de sentido, que lhe faz dar sentido. Segundo FAUSTO NETO (1997), “a produção de sentido está nesse jogo entre buracos, interludios, conexões, relações, tensões. Quer dizer, é nisso que se produz a questão do sentido.” A produção de sentidos se dá também nas malhas internas do jornal¹², ou seja, no seu interior, pois como comenta MOUILLAD (1997, p.), o jornal por si só, é um objeto polêmico, é um campo tensional, não é só uma estrutura relacional de títulos, textos, fotografias, outras imagens, outros arranjos que se relacionem simetricamente- a simetria é da ordem da topografia, cuja organização passa por uma tensão e não só por uma relacionalidade- para além dessa topografia, essa organização é tensional porque há um investimento de matérias heterogêneas, cujas articulações, umas com as outras, as disputas, as possibilidades, as combinações e as exclusões, vão resultar na questão da

define também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam. Enfim, FOUCAULT define o saber como as possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

¹² Os enquadramentos internos seriam a hierarquia, a distribuição espacial, a organização espaço-temporal da edição, a diagramação, o sistema de paginação, o sistema de distribuição espacial das matérias, a assimetria de fotografias com o texto, a simetria das diagramações verticais e horizontais, a organização das matérias significantes em cadernos, tudo isso são as coerções internas, coerções intradiscursivas, quer dizer, coerções que pertencem ao próprio mundo da unidade discursiva, ou do próprio discurso da atualidade. Cf. FAUSTO NETO, Antônio. Teoria e Metodologia dos Discursos jornalístico: comunicação de massa e produção de sentidos. (Aulas ministradas no

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



produção de sentido. Desta feita, ler um jornal, por exemplo , significa dizer que ele está habitado, que a sua topografia e a sua estratégia estão habitadas por outras vozes que fazem com que ele se movimente em certas direções para produzir sentido.

No processo em que o sentido midiático é produzido, este modifica a relação do público com o acontecimento, ou seja, direciona o olhar-leitor, de certa forma reinterpreta o acontecimento para o leitor , isto mediante o vínculo estabelecido entre veículo e o leitor.

O sentido midiático se institui de forma ainda mais eficiente quando interage com um fenômeno que tem tradição enraizada no seio da própria comunidade, de onde a mídia vai buscar suas fontes de criação. Dessa forma, quanto mais o fenômeno for considerado culturalmente pela sociedade e, ao mesmo tempo, atualizar a sua dinâmica de funcionamento, mais tem de fazer parte do cenário midiático. É por isso que para cada fenômeno a mídia estabelece um tipo de mediação, privilegiando uns em detrimento de outros ou destacando-os num momento e extinguindo-os num outro, segundo suas intenções.

4.3.1 O Papel dos títulos na produção de sentidos

Na enunciação jornalística os títulos assumem papel catalisador no processo de produção de sentidos, são na verdade construtores de uma noção de realidade. Eles, com suas especificidades, constroem o sentido – mostram e escondem o texto do olhar do leitor- organizam um real e determinam num espaço limitado e hierarquizado (de acordo com as regras de produção) o que deve ser lido o mais rápido possível , ele seduz o leitor para a leitura do artigo bem como para a compra do impresso. De acordo com RODRIGUES(1997, p.109)

...O estudo dos títulos da imprensa reveste-se de particular importância para a compreensão dos mecanismos discursivos que intervêm na elaboração de um sentido único que se autolegitima pela sua própria enunciação, sem necessidade, por conseguinte, de qualquer outro processo de justificação, fazendo assim a economia de processos argumentativos.



O título, segundo MOUILLAUD (1997,p.99), deve ser estudado não como um enunciado posto sobre um suporte, mas como uma inscrição, como um enunciado da língua e como uma marca – a marca maior – da articulação do jornal: uma região-chave que é o articulado e articulador do jornal, a expressão de sua estrutura. O título funciona como uma espécie de garoto propaganda do jornal, pois ele atrai a atenção, coloca questões que motivam a leitura e qualifica – aspecto plástico - a informação.

Para GOUAZÉ, a relação do impresso com o leitor se inicia pelo título e na atividade de produção dos textos jornalísticos o título é a chegada de um sentido, seu resultado mais elaborado, condensado em uma fórmula ao término de um trabalho de transformação e, na atividade de consumação, o título é o início de uma leitura.

Os títulos dos jornais são resultados dos mecanismos de produção de discursos específicos determinados pela relação jornal-leitores. Nós consideramos os títulos como o resultado de um trabalho de escritura executado pelo jornal e destinados a serem lidos por públicos determinados, diferentes destes aos quais é destinado o jornal..

Do ponto de vista discursivo os títulos - enquanto um produto de um processo de transformação a partir do fluxo das informações que o jornal divulga em cada um de seus números - para produzirem sentidos recorrem tanto a uma plasticidade verbal como a estilos que a língua oferece. Através desses recursos os títulos, como lembra RODRIGUES (1997,p.110), funcionam como uma espécie de véu transparente que ao mesmo tempo fazem ver e esconder o texto para que dirijam o olhar do leitor

Em virtude da sua diafaneidade, tanto mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver. Nesta estratégia paradoxal da relação entre as singularidades designadas e os sentidos pressupostos assenta uma verdadeira encenação do texto, pela qual se instaura uma certa forma original de relação à verdade e à vontade de saber, em que são enredados tanto o enunciador como o leitor.

Desta feita, os títulos indiscutivelmente devem ser percebidos como uma forma específica de sentido que de certa forma ordena o mundo, ou seja, deve ser entendido como um enunciado lingüístico de onde – através dos múltiplos e complexos processos de que se utiliza - emergem e hierarquizam diversos efeitos semânticos. A



característica principal da enunciação de um título é pretender ser. Essa pretensão é controlada por marcas- necessárias à leitura dos títulos- que regulam a relação dos leitores com o que é dito. Esta relação de um não-saber que a enunciação coloca para o leitorado é correlata a um saber que o título lhe impõe e que existe espacialmente no título entre o conhecido e o novo. Formalmente existem três critérios que permitem identificar um título, a saber: a localização (lugar na página, número de colunas ocupadas), tamanho dos tipos (o qual não pode ser analisado independentemente da matéria a que se refere) e a ausência de pontuação forte.

A elaboração (escritura) do título, não ocorre fora do campo do textual por dois motivos: primeiro porque a atividade jornalística em si é uma atividade de linguagem que opera sobre documentos (notícias de agências, comunicados, declarações) onde ela seleciona, recorta e reformula; segundo porque mesmo estando o jornalista presente no momento em que se dá o fato, ele só o apreende com a mediação da linguagem. Os títulos midiáticos tendem a eliminar categorias discursivas como pronomes, artigos e verbos, suscetíveis de marcar veracidades ou falsidades dos enunciados, e privilegiam os nomes. Por sua própria natureza distintiva, o nome designa a realidade única que indica; produzindo um efeito de real e reduzindo ao mínimo o jogo das significações e manifestações. Segundo MELO (1994,p.90), um dos artifícios usados pelo jornal para encobrir, nos títulos, uma posição que revela no texto, é a “ênfase,” que implica em atribuir “sentido conotativo a um enunciado verbal que se pretende denotativo”, enfatizando que os recursos mais freqüentes são:

- a) *Interrogação- os títulos formulados interrogativamente funcionam como ‘chamada’, tendo pouca carga ‘sêmica’; o ponto de interrogação é uma marca visual significante de um ponto de vista subjetivo;*
- b) *Exclamação- indica um estado de espírito em relação ao tema, sugerindo aprovação ou revelando espanto;*
- c) *Negação – trata-se de uma afirmação negada;*
- d) *Aspas – destaca declarações de algum personagem, com as quais o jornal concorda ou quer polarizar, justamente destacando;*



- e) *Sublinhamento- dar destaque também;*
- f) *Transbordamento- - disposição do título em número de colunas superior ao espaço usado pelo texto no conjunto da superfície impressa.”.*

Assim sendo, entendemos que os títulos representam um discurso “marcado” em relação aos enunciados contidos nos textos que podem claramente emitir um ponto de vista sobre um determinada temática ou dissimular suas intenções. Podemos perceber a imensa capacidade que os mídias adquirem em construir um real através de estratégias, de regras e de protocolos específicos do campo midiático.

4.4 Imagem: a passagem da representação ao discursivo

Inaugurada em agosto de 1822, também pelo impresso Diário Carioca – com a publicação de uma xilogravura em um anúncio de moinhos a vapor - a ilustração no jornalismo brasileiro favoreceu e muito os jornais no que concerne à influência sobre o leitor.

A partir daí muito aconteceu, condições técnicas foram criadas para possibilitar a reprodução regular de gravuras nos diversos jornais, bem como para relacionar as ilustrações – que até então apareciam como peças avulsas, desligadas da realidade descrita nos impressos – com o corpo do texto. Sobre isso SOUZA (1986, p.64) informa:

Foi o desenvolvimento de algumas técnicas que permitiu fazer com que os jornais brasileiros chegassem à caricatura, ao riso, à ironia e à sátira. Com eles, os jornais puderam ampliar muito sua capacidade de criticar, aumentando grandemente a influência que exerciam sobre o leitor.

De fato, o uso da imagem na modernidade se dá para possibilitar ao homem o controle de setores essenciais da comunicação , impossíveis de serem controlados pela escrita. Como instrumento de opinião, o uso da imagem pelo jornal ou revista atende, muitas vezes, ao apelo de influenciar um público maior que aquele dedicado à leitura atenta dos gêneros opinativos convencionais: editorial, artigo, opinião, crônica, etc. Pois, como lembra MARQUES (1994,p.163), “... a imagem produz um impacto imediato, seja pela evidência, seja pelo eventual humorismo, nota-se uma participação



consciente na captação do cotidiano.” Indiscutivelmente, a imagem é um dos principais aliados da mídia, largamente utilizada no trabalho de manipulação da realidade e de persuasão.

É oportuno salientar, entretanto, que nem toda imagem inserida na imprensa tem função opinativa. MARQUES analisa essa questão e assinala que:

Alguns dos recursos gráficos utilizados são meramente informativos ou explicativos: mapas, que permitem a localização de um fato; gráficos, que procuram demonstrar tendências estatísticas; desenhos, que buscam reproduzir objetos, paisagens ou até traços fisionômicos; fotografias, que fazem, um registro denotativo dos acontecimentos.

A pesar de vivermos rodeados por uma profusão considerada de imagens de todo gênero, examinar a sua significação não é tarefa fácil nem completamente isenta de riscos e equívocos. Assim, as imagens não podem ser inventariadas e catalogadas, nem o seu encadeamento obedece às regras precisas de uma gramática. Elas partilham com os comportamentos, as atitudes, os interesses e intencionalidades uma certa fluidez de formas, o que as torna particularmente difícil num primeiro momento de serem descritas e interpretadas.

Ao contrário dos discursos textuais, que se desenvolvem ao longo de uma linha temporal, direcional, as imagens têm sua própria língua e definem as suas próprias regras de representação, desdobrando-se perante o olhar num espaço de percepção visual que depende de cada “leitor”. A imagem, além de permitir múltiplas interpretações, possibilita ao receptor (sujeito) a capacidade de elaborar um discurso a seu respeito, atribuindo-lhe significado(s).

Dessa forma, podemos dizer que se o texto nos remete à imaginação do real, as imagens “realizam”, materializam uma infinidade de imagens possíveis. E se tomada como signo lingüístico, podemos afirmar que a palavra (escrita e/ou falada) fala da imagem, descreve-a e traduz, porém jamais revela a sua matéria visual. Como comenta SOUZA (1997,p.3) “uma imagem não vale por mil palavras ou outro número qualquer. A palavra não pode ser a moeda de troca das imagens, vez que é a visualidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua correlação com o verbal”.



Assim, nos domínios onde o uso da linguagem é resultante tanto das capacidades sociais, subjetivas e técnicas, diferentes tipos de relações são estabelecidas por meio dos atos de enunciação, praticados para possibilitar o entendimento e/ou aceitação de um fato quer no mundo físico, social, etc., atribuindo um sentido ao que se diz, orientando assim as ações e decisões a partir de um “pano de fundo” que pode ser um texto ou uma imagem. Partindo-se então do pressuposto de que a imagem informa e comunica, podemos inferir que ela se constitui em texto, em discurso e sua análise procura detectar os traços que a caracterizam como um tipo de discurso social, em uma determinada situação de comunicação. Neste sentido, PINTO(1995,p.150)citando ECO, assinala que “as imagens devem ser consideradas como ‘textos visuais’, não articuláveis nem em signos, nem em traços pertinentes como valor fixos.”

O trabalho de interpretação da imagem, assim como o do texto, pressupõe sempre a relação com a cultura, o social e o histórico, além da formação social dos sujeitos. Eis a facilidade que a mídia tem de veicular imagens (discursos) nem sempre visíveis, porém sugeridas, implícitas. Sobre esse aspecto SOUZA (1997,p.3) lembra ainda que “o texto da imagem é predominantemente constituído por marcas de heterogeneidade que estão no implícito, no silêncio, na ironia, além de outros elementos como a câmara, e a própria textualidade da imagem, enquanto produção de sentido”.

Interpretar a imagem pelo olhar, não pela palavra, possibilita significar diferentes contextos, obtendo como resultado a produção de novas imagens e/ou textos, produzidos pelo leitor. Essa interpretação do texto não –verbal é resultante dos efeitos intermediários entre o olhar, a imagem e a possibilidade de recorte da realidade que o leitor possui, o que pressupõe, como já falamos anteriormente, as formações sociais do sujeito - autor e do sujeito –receptor (que podem ser o mesmo) da imagem. Na verdade, essa relação expõe um sincretismo de imagens com um forte caráter ideológico.

5 O DISCURSO DO PATRIMÔNIO NA IMPRENSA MARANHENSE

O discurso jornalístico sobre São Luís Patrimônio da Humanidade: a produção de sentido

Neste trecho empreendemos a análise propriamente dita do discurso da imprensa maranhense sobre a elevação de São Luís a Patrimônio Histórico da Humanidade, notadamente o veiculado nos jornais O Imparcial e O Estado do Maranhão, os dois mais importantes veículos impressos que circulam no Estado.



A análise vai se delimitar no período de maio de 1997 a dezembro de 1998, pelas razões a seguir explicitadas:

- Apesar de haver matérias publicadas sobre a temática da possível elevação de São Luís a Patrimônio da Humanidade desde 1996, consideramos a matéria publicada em O Imparcial como marco inicial da análise, por reconhecer nela os elementos que vão, daí por diante, caracterizar toda a enunciação sobre este tema;
- Esta matéria tem ainda a importância de ter sido publicada no dia 05 de maio de 1997 (ver **Anexo 7.1**)e, exatamente oito meses depois, a cidade receber o título que a reportagem preconizava – configurando-se, desta forma, como marco cronológico bastante definido;
- A partir de maio de 1997, os jornais iniciam uma cobertura mais sistemática e ostensiva do acontecimento, o que configura uma certa uniformidade que permite uma análise mais acurada.

O exercício analítico aqui empreendido vai eleger como elementos efetivadores do discurso sobre a cidade-patrimônio os seguintes aspectos:

- Os títulos;
- A imagem;
- O agendamento;

A partir desses itens, pretende-se desnudar as estratégias adotadas pela mídia impressa local para construir a noção de cidade-patrimônio da humanidade para São Luís do Maranhão, bem como solidificar uma identidade/representação da cidade junto à população.

5.2.1 A voz dos títulos

Foram selecionadas, para formar o corpus desta análise, 47 matérias, que cobrem a quase totalidade das notícias publicadas pelos dois jornais estudados no período mencionado acima e que se distribuem pelas mais diversas naturezas: notícias, reportagens, opinião, notas.



Como primeira observação, podemos verificar o tom de premonitória do título da matéria escolhida para iniciar o recorte deste trabalho. Em 05 de maio de 1997, O Imparcial publicou uma reportagem que, cronologicamente, marcava um ano do início de todo o percurso do título da UNESCO que a cidade recebeu. Apesar de a própria matéria marcar apenas a possibilidade de a cidade conseguir a elevação, o título já trazia, inexoravelmente: “Patrimônio Histórico Mundial” – o discurso da celebração sobrepondo-se ao da informação, este reservado ao antetítulo (“Com seu conjunto arquitetônico histórico, São Luís está prestes a ser reconhecida mundialmente) e ao corpo da reportagem.

Esta mesma atitude de celebração dos títulos está presente em três momentos posteriores: junho de 1997, quando a cidade recebe do Comitê Internacional de Sítios de Monumentos (ICOMOS) a aprovação da sua proposta; setembro de 1997, mês de aniversário da cidade, este todo pautado no recém-título; e dezembro de 1997, quando foi oficialmente concedido o título. Vejam-se estes exemplos:

1. “São Luís Patrimônio Mundial” - O Imparcial, 27.06.97;
2. “Patrimônio da Humanidade” – O Estado do Maranhão, 27.06.97;
3. “Casarões e Sobrados da Ilha Universal” – O Estado do Maranhão, 05.09.97;
4. “Patrimônio da Humanidade em Festa” - O Estado do Maranhão, 07.09.97;
5. “São Luís é cidade do Mundo” – O Imparcial, 04.12.97;
6. “São Luís Agora é Referência Cultural para a Humanidade” – O Imparcial, 04.12.97;
7. “Ouro, Prata e Bronze para São Luís” - O Estado do Maranhão, 03.12.97;
8. “São Luís e a História” – O Imparcial, 05.12.97;
9. “São Luís, Patrimônio de Todos” – O Imparcial, 06.12.97 (Opinião);
10. “De Fato e de Direito” – O Imparcial, 08.12.97;
11. “Ser Patrimônio da Humanidade” - O Estado do Maranhão, 12.12.97 (opinião);



12. “São Luís Patrimônio Mundial” – O Imparcial, 23.12.97.
13. “São Luís: Cidade do Mundo” – O Imparcial, 05.12.97 / Caderno Especial;
14. “Mundo se rende aos encantos de São Luís” – O Estado do Maranhão, 19.12.97 / Caderno Especial;
15. “São Luís da gente e do mundo” – O Estado do Maranhão, 19.12.97 / -Caderno Especial.

Tais títulos se configuram muito mais como slogans identitários, “gritos de guerra”, apoteóticos do que na verdade informativos. Percebemos neles a clara falta de ação, de narração, o que se determina pela ausência de verbos. Os poucos títulos que trazem verbos marcam, na verdade, estados e não ações (vide nºs 05, 06 e 11).

Como segunda observação, podemos notar a recorrência, nos títulos selecionados dos dois jornais, do termo “Patrimônio”. Para nós, tal atitude possui, pelo menos, dois motivos: a necessidade “pedagógica” de mostrar ao cidadão ludovicense que a cidade tem seu patrimônio histórico-artístico-cultural homenageado; e a demonstração, mesmo que não deliberada, de uma hierarquização deste mesmo patrimônio - do cidadão (“São Luís, Patrimônio de Todos”, “São Luís da gente e do mundo”), do mundo (“São Luís Patrimônio Mundial”, “São Luís é cidade do Mundo”), da humanidade (“Patrimônio da Humanidade”, “Casarões e Sobrados da Ilha Universal”, “Ser Patrimônio da Humanidade”).

5.2.2 A imagem: a iconicidade e a metonímia

O que pudemos perceber, analisando o material imagético utilizado pela imprensa durante o período estudado, é que há uma forte recorrência, para ilustrar o assunto “Patrimônio da Humanidade”, à figura do casarão. Arriscamo-nos mesmo a dizer que ele é tomado como o grande garoto-propaganda do acontecimento. Cabe então, aqui, a pergunta: E como é mostrado este casarão? Como ele se apresenta nas páginas do jornal, nos mais diversos tipos de matéria?

De um certo modo, os dois jornais se apropriaram quase que das mesmas imagens: casarões ora mostrados em deterioração, ora em revitalização; fotografados



em perspectiva para realçar a sua magnitude, seu gigantismo; enquadrados de baixo para cima, produzindo closes de mirantes, beirais, telhados, janelas, portais.

O casarão se transforma, deste modo, em um ícone de todo o patrimônio histórico cultural da cidade. Tanto é verdade que, nos dois cadernos especiais produzidos respectivamente por O Imparcial e O Estado do Maranhão, ele é tomado como uma espécie de selo, além de ocupar o maior destaque quanto à distribuição das imagens: das 40 imagens que compõem o caderno especial de “O Imparcial”, 11 (27,5%) são de casarões (representando o conjunto, a unidade ou apenas detalhes) e das 52 imagens do caderno de “O Estado do Maranhão”, 24 (46,16%) têm as mesmas propriedades.

Este artifício de tomar o casarão como singularidade imagética, identidade patrimonialista de São Luís acaba por caracterizá-lo como uma metonímia, pois sua representação reúne a totalidade de um conjunto rico e diversificado e que engloba ainda fontes, palácios e palacetes, ruas, escadarias, luminárias nonacentistas, azulejaria.

Tal escolha talvez se justifique a partir de uma aproximação, simbólica, de significação entre a imponência do casarão (enquanto construção sólida, espaçosa, verticalizada) e a magnitude da cidade que se faz reconhecer no título recebido/conquistado.

Outra característica percebida refere-se aos cadernos especiais, pois neles, confirmando sua própria natureza de produção e representação, as imagens recebem um tratamento mais intensivo. O casarão, neste caso, tem a sua iconicidade potencializada pela construção de um profílmico – tratamento digital, iluminação, enquadramento, tamanho da foto etc.

Há que acentuarmos duas características marcantes: o casarão tem também uma força de simbolização, de semantização que ratifica a ligação entre a cidade e a história – mostrar uma imagem de casarão com paredes de limbo, carcomidas, grossas é o mesmo que dizer:

“Aqui o tempo não dura em passar

Mas em ficar à espera das coisas



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Como curtida matéria de vida

Pronta à ressurreição das coisas”

(José Chagas – Os canhões do silêncio)

A cidade, como seus casarões, tem na história a sua maior força. A história está colada à cidade como aos casarões que a compõem.

A segunda característica diz respeito a um efeito de reconhecimento. Os casarões remetem, para quem conhece a história da cidade, imediatamente ao seu período áureo, quando São Luís, então uma ilha rica e próspera, com uma aristocracia imersa em costumes europeus (lusitanos, ingleses e gauleses, sobretudo), consolidou o epíteto de Atenas Brasileira. Passada esta fase de glórias, o que restou? Os casarões, que foram erigidos nesta época e sobreviveram como os únicos guardiães desse passado bonançoso. Dessa forma, nada melhor do que eles para retomar o espírito de alteridade na coletividade e aí vai-se perseguir, com esta profusão de imagens de casarões, uma como que neocrystalização da Atenas. Recorre-se ao passado para se consubstanciar o discurso do patrimônio, no presente.

5.2.3 O agendamento

A nossa pesquisa pôde verificar que houve, realmente, uma estratégia para agendar o acontecimento “ Elevação de São Luís a Patrimônio da Humanidade” pelos jornais “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial”.

Os jornais, a partir de 1996, começam a divulgar, sistematicamente, com maior ou menor frequência, notícias sobre este tema. Tais notícia têm uma seqüência de crescimento e visualização/ evidência nos jornais: de pequenas notas em seções diversas a matérias maiores, culminando com a reportagem de 05 de maio de 1997 – eleita por nós como peça inicial do *corpus* analítico – que mereceu chamada na primeira página e localizou-se em página inteira do caderno de cidades – com foto colorida, box, etc.

A partir de maio de 1997, há uma efetiva intensificação deste agendamento, cujas práticas podem ser elencadas, formando o seguinte conjunto:

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Quadro 3: Agendamento do “O Estado do Maranhão”

DIA/MÊS	NOTÍCIAS
01/06/97	O patrimônio da humanidade.
27/06/97	São Luís será patrimônio mundial.
28/06/97	Título da UNESCO aquecera turismo de São Luís.
29/06/97	<i>Mais que nunca e preciso amar a cidade.</i>
07/07/97	Empresários discutirão alternativas.
10/07/97	São Luís é pesquisada a mais de trinta anos.
16/07/97	Azulejaria é tema de palestra.
23/07/97	Patrimônio da humanidade: brasilidade.
05/09/97	- Casarões e sobrados da Ilha universal. - A descoberta.
07/09/97	Patrimônio da humanidade em festa.
08/09/97	Cidade de história e contraste.
14/09/97	Período das invasões.
21/09/97	Cronologia de uma conquista. A economia Escravagista.
28/09/97	Atenas brasileira.
05/10/97	A urbanização.
12/10/97	A modernização contida.
19/10/97	A revitalização cultural. Patrimônio da humanidade é do povo.
26/10/97	Cidade patrimônio da humanidade.
02/11/97	Sonhando com os olhos no futuro.
26/11/97	Cultura.
03/12/97	Ouro prata e bronze para São Luís.
06/12/97	São Luís em cartuns.
11/12/97	Centro histórico será polo de turismo cultural

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

07/04/98	R\$ 59 milhões para São Luís.
12/07/98	As razões de uma vitória.
16/12/98	FUNC em novas mãos
	novo olhar sobre a cidade.
26/07/98	Praia grande é o destino.
08/09/98	Um coração e duas face.
04/12/98	Patrimônio mundial há um ano.
12/12/98	Presídios e ruínas serão recuperados.

Quadro 5: Agendamento em O IMPACIAL

DIA/MES	NOTÍCIAS
05/05/97	Patrimônio Histórico Mundial.
15/06/97	São Luís É Crise De Identidade Econômica
27/06/97	Patrimônio Mundial
02/07/97	S.O.S do Patrimônio da Humanidade.
06/08/97	IPHAN Recupera Centro Cultural.
17/08/97	Patrimônio de São Luís
	Patrimônio da Humanidade, São Luís Não Pode Decepcionar.
06/10/97	
10/11/97	Lançamento Marista de Selos
	PROGRAMAÇÃO do Patrimônio Cultural.
26/11/97	Roseana e Jackson
04/12/97	São Luís agora é Referência Cultural para a Humanidade
	Ao Povo do Maranhão.
	Cidade do Mundo.
05/12/97	São Luís e a história.
	Patrimônio de todos.

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

06/12/97	São Luís em Estado de Graça.
07/12/97	São Luís no Foco do Mundo.
16/12/97	O Patrimônio é Nosso.
17/12/97	Buracos Tiram a Beleza do Reviver.
21/12/97	Patrimônio de Quem?
23/12/97	São Luís Patrimônio Mundial.
07/05/98	São Luís Mostra trabalho na França.
26/07/98	Os Ganhos de Ser patrimônio.

Além das matérias diretamente ligadas à elevação, há também a publicação de outras matérias que “orbitam” ao redor do acontecimento, remetendo a ele de maneira direta ou indireta:

- “Azulejaria é tema de palestras” (O Estado do Maranhão, 16.07.97)
- “IPHAN recupera centro cultural” (O Imparcial, 06.08.97)
- “A vez do turismo” – Opinião (O Imparcial, 17.08.97)
- “Selo para homenagear São Luís” (O Imparcial, 06.10.97)
- “Título da UNESCO aquecerá turismo de São Luís”
(O Estado do Maranhão, 28.06.97)
- “Setor Hoteleiro da capital está otimista” (O Estado do Maranhão, 28.06.97)
“Artesãos esperam pôr melhores dias” (O Estado do Maranhão, 28.06.97)
- “São Luís é pesquisada há mais de 30 anos” (O Estado do Maranhão,
10.07.97)
- “Medalha para a reabertura do museu” (O Estado do Maranhão, 03.12.97).

O s jornais potencializaram o seu agendamento produzindo um clima de expectativa progressiva no leitor, e um sentimento de confiança na positiva consecução do processo de elevação. Antes mesmo de qualquer certeza, já publicavam notícias com títulos que afirmavam :

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

- “ Patrimônio Histórico Mundial” (O Imparcial, 05.05.97)
- “São Luís Patrimônio Mundial” (O Imparcial , 27.06.97)
- “Patrimônio da Humanidade” (O Estado do Maranhão,27.06.97)
- “Casarões e sobrados da ilha universal”(O Estado do Maranhão, 05.09.97)

O agendamento na mídia impressa extrapolou inclusive o universo informacional direto. Podemos perceber que também os anunciantes passaram a construir sua publicidade com o tema do título, como nestes exemplos:

- “São Luís tem novo título. A NORSEGEL tem nova marca” (Empresa Norsegel – transporte de valores) – O Imparcial, 05.12.97
- “São Luís – retribua com amor e cuidados o título que recebemos”- (Supermercado Lusitana) - O Imparcial, 05.12.97.
- “ O que todo maranhense já sabia agora o mundo vai saber! São Luís é 5 estrelas” (5 Estrelas Transportes) – O Estado do Maranhão, 19.12.97.
- “ Patrimônio da Humanidade : um presente histórico para São Luís” (Federação dos Municípios do Estado do Maranhão/ FAMEM) – O Estado do Maranhão, 19.12.97.
- “São Luís 385 anos. Patrimônio da Gente”. (Governo do Estado) – O Imparcial, 07.09.97.

Aqui talvez caiba um questionamento: quais teriam sido os motivos deste agendamento midiático?

Como primeira resposta, mais factual e cabal, surge a própria potencialidade deste título tão singular: antes de São Luís, somente 4 cidades no Brasil possuíam tal reconhecimento, o que acaba por criar para a cidade uma identidade preferencial, digna então de receber da mídia um tratamento privilegiado.



Como Segunda razão, destacamos os ganhos/ benefícios que a cidade passaria a usufruir com este título, nos mais diversos aspectos: o turismo, a infraestrutura urbana, os investimentos empresariais, a visibilidade política, os investimentos internacionais, as verbas federais, etc.

A terceira justificativa está centrada no resgate da auto-estima do povo e da própria cidade, na medida em que a elevação traria a São Luís a possibilidade de viver de novo, um reconhecimento nacional e internacional, já vivido no século anterior.

Por fim, não podemos deixar de considerar, também, o enquadramento político local como elemento influenciador deste agendamento. Com as eleições para o governo do Estado no ano seguinte, o título veio servir de “cabo eleitoral” para a candidata cujo grupo político é proprietário de um dos jornais estudados (O Estado do Maranhão) e possui fortes ingerências no outro(O Imparcial). Não estaríamos sendo insensatos ao afirmar que o agendamento, entre outra razões, também foi uma estratégia de campanha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão da análise do corpus selecionado para esta pesquisa, podemos elencar algumas reflexões sobre as possíveis representações ou identificações que são (re) elaboradas sobre a elevação de São Luís Patrimônio da Humanidade, pelos jornais ‘O Imparcial’ e ‘ O Estado do Maranhão’.

Os dois jornais, ao construírem seus respectivos textos, suas enunciações sobre o fato, trabalham com uma dupla referencialização: uma do presente, quando identificam o acontecimento sob todos os seus aspectos, e outra do passado, quando elementos como títulos, imagens e textos se reportam, direta ou indiretamente, ao período da São Luís Atenas.

Tanto O Imparcial quanto O Estado do Maranhão constróem a noção de patrimônio histórico-cultural a partir do elemento arquitetônico, o que se verifica na adoção (metonimicamente, como já definimos anteriormente) do casarão como ícone imagético do acontecimento.



Notamos que, em ambos os veículos, a cobertura do acontecimento se deu majoritariamente a partir do factual, da superficialidade, com pouca consistência informativa e com um elevado grau de apologia, o que se verificou sobremaneira na adoção de títulos que, além de nada dizer, ainda estampavam uma comemoração precoce. A cobertura deu muito mais ênfase ao processo (historiando o seu percurso) e ao esforço governamental para conseguir o título do que às suas repercussões e implicações para o Estado e a população. A cobertura foi eivada de densidade.

Em termos de agendamento, notamos a existência de um engendramento político, quando a proximidade das eleições aliou-se à potencialidade natural do fato (elevação) para gerar “dividendos” diretos à reeleição da governadora Roseana Sarney, apresentada como principal sujeito de todo o processo, responsável pela conquista de tão elevado e honrado título e posta, inclusive, no mesmo patamar de importância para a coletividade que os atenienses nonacentistas, como deixa entrever o texto de abertura do caderno especial de O Estado do Maranhão:

“São Luís chegou onde (sic) a história determinou: nas mãos do mundo. Nasceu francesa, viveu holandesa e tornou-se lusitana; cresceu como uma síntese de várias culturas, o que a torna diferente, nada parecida com as demais cidades brasileiras. Agora é Patrimônio da Humanidade, título conquistado graças ao trabalho de todos os que a construíram ao longo dos séculos e à determinação da governadora Rosena Sarney e sua equipe.” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1997, p.6)

Convém ainda salientar o caráter amplo do alcance do agendamento deste acontecimento, que se fez verificar das matérias jornalísticas à propaganda, passando pela instituição de ações governamentais (como a criação da FUMTUR, reformas do IPHAN etc) e pela motivação de temáticas circundantes (como o turismo, hotelaria, azulejaria, museus, pesquisas, artesanato, cultura popular, arte etc).



Podemos avaliar que, de toda a enunciação de O Imparcial e O Estado do Maranhão relativa à elevação de São Luís a Patrimônio Cultural da Humanidade, constatamos que a simbologia mais representativa é a da Atenas. Os jornais engendram uma tentativa de reconstruir uma Nova Atenas, valendo-se para tanto de uma referencialidade deliberada. De certa forma o título, ao ter sua importância hiperpotencializada pela imprensa, faz com que esta, num efeito de ato contínuo, (re)veja o período áureo da cidade, justamente o da primeira metade do século XIX, o de Gonçalves Dias e outros, o da exportação abundante, o dos casarões luxuosos e de moradores requintados – enfim, o da Atenas Brasileira.

Por fim, cabe aqui uma palavra sobre como os jornais constroem esta nova identidade de São Luís. Ao reportar-se à cidade (seu referente), os jornais se valem de um tipo de enunciação assentada em dispositivos de “ordem lógico-semântica” (atualização, extração e totalização) e de natureza pragmática (identificação). (FAUSTO NETO, 1995, p.123), as primeiras, de ordem lógico-semântico, determinam a criação de universo de referência para o receptor; as segundas, de natureza pragmática, levam ao compartilhamento de reconhecimento sobre um certo contexto. De fato, ao construir o acontecimento, os jornais recortam um fragmento da realidade e dela extraem o que é de interesse jornalístico, selecionando desse fragmento o que deve encabeçar a matéria, individualizando este mesmo fato e abstraíndo-o de sua totalidade. É, portanto, através de suas supostas posições de contigüidade com o que noticiam que os jornais conferem a São Luís um status muito favorável (o de Atenas e outros congêneres). Eles constroem uma identidade social, que poderá ou não coincidir com a identidade social da cidade – os jornais ampliam o título para a cidade toda, desconhecendo, estrategicamente, um outro lado da cidade (suas mazelas) que, neste momento, não é interessante mostrar. A propósito, a forma noticiosa dos dois jornais institui uma opinião pública, acionando assim dispositivos de construção de sentidos por meio de conteúdos e estratégias midiáticas que permeiam o mundo dos valores.